



RELATÓRIO DE REUNIÃO DA MESA SERORIAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

1

Data: 06 de outubro de 2025

Local: Sede do INSS – Brasília/DF e Virtual

Assunto: Reunião ordinária da mesa setorial do INSS

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS/CUT participou da Reunião Ordinária da Mesa Setorial do INSS que ocorreu nesse dia 06 de outubro de 2025 na sede do INSS 10 andar e de forma virtual. A reunião foi coordenada pela diretora de gestão de pessoas, Yveline Barreto Leitão.

Representaram a CNTSS/CUT:

- Deivid Christian – SINDIPREV/SE
- Stela Pragana – SINDSPREV/PE

Também estiveram presentes representantes da FENASPS e da CONDSEF.

Principais Pontos Tratados:

- **Solicitação ao presidente do INSS:** A CNTSS solicitou aos representantes do INSS na mesa que passassem ao presidente a insatisfação dos servidores pela falta de ação concreta para melhoria nas condições de trabalho. Foi lembrado da fala do presidente na primeira reunião em que ele informou que encontrou o INSS numa situação caótica, porém nenhuma providência gerencial foi tomada para melhorar essa situação. A confederação exigiu também do



presidente uma defesa enfática dos servidores do INSS que vem sendo atacados em função das fraudes que vem sendo investigadas e que o servidor que tanto trabalha sem condições para tanto e carrega o INSS nas costas nada tem a ver com esses desmandos, muito pelo contrário foram eles que fizeram as denúncias.

- **Saúde do trabalhador:** Após solicitação das entidades o INSS apresentou ações e programas que vem sendo executados para melhorar a qualidade de vida no trabalho. Foi mostrado também os números e motivos dos afastamentos no ano de 2025 por motivo de saúde. Nos pronunciemos mostrando preocupação com os números apresentados e solicitando que fossem detalhados em forma de relatório para as entidades e não só com gráficos. Dizemos também que é importante os programas desenvolvidos pelo, porém fizemos a crítica pela falta de divulgação desses projetos e pedimos o número de trabalhadores atendidos por esses programas e solicitamos que fossem mais bem divulgados para os servidores, sugerimos também reuniões obrigatórias periódicas e com abatimento de metas sobre o tema da saúde do trabalhador.

- **Perda da Insalubridade:** A CNTSS questionou os representantes do governo quanto a retirada da insalubridade dos trabalhadores das unidades do INSS, argumentando que esses trabalhadores vinham recebendo há muito tempo e casa estranheza todos da SRNE, por exemplo, perderem questionamos inclusive a contratação de empresa terceirizada para fazer laudos que todos tiveram a mesma consequência. A gestão do INSS informou que os laudos não foram realizados no “copia e cola” mas que em várias situações realmente ocasionaram perda da insalubridade. Questionamos que trabalhando em mesmo ambiente e em mesma situação, como é o caso dos profissionais do serviço social e reabilitação profissional a perícia médica manteve e o INSS perdeu. A gestão se limitou a dizer que a perícia médica não é mais responsabilidade do INSS. Pedimos os dados de como ficou a situação da insalubridade em todo país para que os sindicatos estaduais junto com a CNTSS possam tomar as providencias políticas e inclusive jurídicas.



- **Programa de Gestão por Desempenho - PGD:** Mas uma vez as entidades solicitaram que sejam suspensas as regras draconianas (políticas de consequências, compulsoriedade, acréscimo de 30% na meta, por exemplo) até que seja remodelado. Os representantes do INSS disseram que o presidente do instituto não deu retorno sobre essa solicitação, mas reafirmou que rediscutirá o modelo do PGD até dezembro.

- **Abatimento de meta:** Mais uma vez a CNTSS cobrou que os abatimentos de meta sejam condizentes com as paradas e lentidões dos sistemas utilizando como exemplo o último mês de setembro que os abatimentos foram irrisórios frente a gravíssimos problemas de lentidão e indisponibilidade. Argumentamos que não há cabimento dos servidores que trabalham fazendo 6h + 1.22 pontos não sejam contemplados com os abatimentos. Cobramos também a solução de uma vez por todas a questão da não utilização pelos servidores dos abatimentos do último decêndio. O INSS respondeu dizendo que tem uma portaria na mesa do presidente para ser assinada que vai mudar a forma de abatimento dando um peso maior para as paradas que ocorrerem entre as 7h e 19h, que irá contemplar também os trabalhadores que estão fazendo 6h + 1,22 pontos e que o abatimento do último decêndio será utilizado como crédito para o mês posterior.

- **Pagamento da greve:** Mais uma vez questionamos o descaso que o INSS vem tendo com as profissionais do serviço social e reabilitação profissional que até agora não editaram o normativo indicado na portaria que disciplina o pagamento da greve, dissemos que em todo Brasil as assistentes sociais e trabalhadoras/res da reabilitação profissional querem pagar a greve e o INSS não oferece as condições para isso. Questionamos também a exigência de 30% do pagamento que INSS impôs na portaria que prorrogou a data fim para a compensação. Os representantes do INSS informaram que passariam a demanda para o presidente e que voltaria a debater o assunto no comitê de serviços previdenciários.

- **Comitês:** Depois de cobrança da CNTSS os representantes do INSS informaram também a retomada das atividades dos Comitês de Processos de Trabalho, que se reunirá dia 17/11/2025, e de Serviços



Previdenciários para o qual ficaram de passar a data da próxima reunião.

- **Atribuições de Técnicos do Seguro Social:** Por fim, os representantes do INSS apresentaram uma minuta (anexa a esse relatório) com alterações no decreto, no que diz respeito as atribuições de técnicos e analistas do seguro social. O documento apresentado é muito diferente do produto do grupo de trabalho que debateu esse tema com a participação das entidades sindicais. Em primeira vista entendemos que a proposta traz praticamente o mesmo problema do decreto alterado em 2016 o qual fala em atribuições comuns. Entendemos que o cargo de técnico corre risco de extinção conforme nota técnica de 2024 do MGI, já o cargo de analista tem funções bem definidas no decreto. Motivo pelo qual as entidades propõem listar as atividades do técnico do seguro social no decreto também aperfeiçoar (melhor descrever) as atribuições dos analistas inclusive salvaguardar os analistas de formação geral. A representação do INSS ficou agendou nova reunião em 18/11/2025 para continuar esse debate.

A CNTSS reforça sua chamada para que a categoria fique atenta aos informes e chamamentos a luta em seu sindicato de base para que a nova gestão do INSS cumpra sua promessa verbalizada da necessidade de reconstrução do órgão e valorização dos trabalhadores para prestar um bom atendimento a sociedade.

Brasília, 06 de agosto de 2025